

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS (IM)POSSIBILIDADES E LIMITES DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: O IMPERATIVO DO PROCESSO GENÉTICO DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Talvanes Eugênio Maceno¹

Resumo

Este artigo visa tecer algumas considerações iniciais sobre as possibilidades da universalização da educação no Brasil. Entende-se que a correta apreensão desse objeto só pode ocorrer mediante a análise da formação histórico-genética do Brasil. Conclui-se que, a *via colonial*, que marca o desenvolvimento capitalista brasileiro, impede que o grau de universalização conquistado nos países centrais do capitalismo se reproduza no Brasil.

Palavras-chaves: Universalização da educação; via colonial; capitalismo hiper-tardio.

NOTES ON THE (IM)POSSIBILITIES AND LIMITATIONS CONCERNING SCHOOLING UNIVERSALIZATION IN BRAZIL: THE IMPERATIVENESS OF BRAZILIAN GENETIC-HISTORICAL FORMATION

Abstract

The article intends to assess the possibilities of universalization of schooling in Brazil. It is herein understood that the correct comprehension of the subject can only be achieved in view of the genetic-historical formation of Brazil. In conclusion, the study indicates that the *colonial path* which characterizes the capitalist development in Brazil, does not permit that the level reached by the central capitalist countries as far as schooling universalization is concerned reproduces it self in Brazil.

Key words: Universalization of schooling; Colonial path; hyper-late capitalism.

¹ Mestre em Educação. Professor da Universidade Federal de Alagoas – UFAL/Campus Arapiraca. E-mail: talvaneseugenio@ig.com.br

Introdução

É possível garantir ao “povo” brasileiro o mesmo patamar de universalização da educação escolar alcançado pelas nações capitalistas centrais? A progressiva ampliação do acesso à escola realizada pelo Brasil pode levar a uma educação de “primeiro mundo”? Essas questões são respondidas de formas diversas. Para alguns, a universalização da educação no Brasil é realizável ao nível do ensino fundamental (posição do Banco Mundial), ou da educação básica (tese defendida pelo Governo Lula, cujo principal instrumento de realização encontra-se na ampliação do FUNDEF para o FUNDEB). Para outros, é possível universalizar o acesso a todos os níveis de ensino. Esta última posição apresenta-se como uma decorrência de uma certa maneira de compreender a natureza social. Sobre ela, falaremos rapidamente.

Para essa corrente, a educação é um dos espaços onde se desenvolve a luta ideológica e política pelo controle da hegemonia no Estado, donde é possível instaurar uma democracia efetiva e plena, fundada em uma nova relação entre Estado e sociedade. Esta é a posição expressa por Frigotto:

Para que o direito à educação e outros direitos como o da saúde, moradia, transporte e emprego sejam garantidos, o tamanho do Estado tem que, pelo menos, dobrar. Não se trata, todavia, de um Estado autocrático, privatista e centralizador, mas de um Estado essencialmente democrático. Isto pressupõe forças democráticas organizadas e com capacidade efetiva de gerir e controlar este fundo ampliado (2000, p. 192-3).

Como consequência necessária dessa forma de ver a dinâmica social tem-se que a luta pela universalização é uma luta política de construção de sujeitos “radicalmente cidadãos”² e de conquista de espaços democráticos e participativos.

Conquistada uma “hegemonia democrática de massas” e instaurado um controle social sobre o Estado, subtende-se, nesta ótica, que é possível garantir o acesso universalizado aos serviços e políticas públicas. Neste sentido, a universalização da educação seria um instrumento para a conquista hegemônica do

² Cidadania radical, cidadania crítica, cidadania plena, cidadania consciente e ativa, são conceitos bastante utilizados, não apenas nos livros sobre educação, mas também nos documentos do MEC. As adjetivações adicionadas à cidadania visam diferenciá-la da cidadania *tout court*, buscando, com isso, atribuir-lhe um caráter revolucionário e progressista, capaz de alçar a humanidade à uma sociedade justa e igualitária.

Estado. Dito de outra forma, a universalização é passível de realização, na medida em que se pode conquistar a hegemonia sobre o Estado. Ambas conquistas têm como eixo a luta pela expansão e consolidação das instâncias e instituições democráticas, ou seja, sua possibilidade de concretização está centrada na esfera da política³.

Apanhar as possibilidades da universalização da educação no Brasil a partir da esfera do jurídico-político, a partir do concreto imediatamente dado, implica em deslocar para um plano inferior, particularidades importantes, tais como a formação sócio-histórica brasileira. Contrariamente, entendemos que os limites e possibilidades da universalização plena da educação no Brasil, não podem ser corretamente apreendidas a partir de explicações centradas na vontade humana presente na instância da política.

Qualquer mudança social significativa, inclusive na esfera da estrutura educacional brasileira, só pode ocorrer se a objetividade social oferecer essa condição. Neste sentido, entendemos que a análise do desenvolvimento sócio-histórico do Brasil e de sua inserção no sistema global do capital é quem nos pode fornecer elementos apropriados para a apreciação dos limites da universalização da educação no país. É na forma como se processou a constituição histórica do capitalismo no Brasil, enquanto particularidade do sistema global do capital que se encontra a chave para uma análise correta das reais possibilidades da universalização da educação⁴.

É justamente o estudo da formação histórico-genética do Brasil (que nesse ensaio empreendemos de forma inicial) que nos permite – numa perspectiva oposta, tanto àqueles que se posicionam pela realização da universalização da educação focalizada, seja no ensino fundamental ou básico, quanto aos que acreditam ser

³ A transferência da centralização na economia para política aparece bem expressa em autores como Frigotto, de acordo com sua interpretação “as análises de Gramsci sobre o Estado (sociedade política e sociedade civil) e sobre partido (partido político, partido ideológico e partido revolucionário) captam, em nosso entender, a complexidade da luta de classes no interior do capitalismo contemporâneo, e indica que o caminho da mudança e o campo desta luta não se dá, hoje, predominantemente no plano econômico, mas basicamente no plano político. A luta trava-se, então, inicialmente no âmbito da sociedade civil (esfera onde se dá a mediação entre a base econômica e o Estado no seu sentido estrito). A superação das relações de produção vigentes implicam um trabalho, uma revolução cultural, uma ‘reforma intelectual e moral’, que se efetiva, inicial e basicamente, no bojo das organizações da sociedade civil” (Frigotto, 1989, p.83-84).

⁴ Em nossa dissertação de mestrado, intitulada (Im)possibilidades e limites da universalização da educação sob o capital, demonstramos que o impulso à universalização da educação tem sua origem social com o surgimento do capitalismo.

possível realizá-la em todos os níveis, mediante a luta política e pelo controle hegemônico do Estado – apresentar uma outra posição. A nosso ver, as possibilidades da universalização da educação no Brasil, nos marcos do capital, não pode se dar integralmente, em qualquer que seja o nível. Não é possível repetir aqui os patamares de universalidade conquistados nos países capitalistas imperialistas.

No entendimento de alguns autores, há no Brasil um desenvolvimento capitalista suficiente para garantir uma socialização mais justa da riqueza material, sendo necessário apenas, à ação contra hegemônica, a posse do Estado a fim de imprimir-lhe uma feição mais social. A nosso ver, a amenização dos problemas sociais só poderia se dar de forma “plena”, com a inserção do Brasil no primeiro time do capitalismo mundial. Por sua vez, a inserção do Brasil no sistema global do capital, enquanto um país capitalista autônomo pressupõe a concretização da revolução burguesa brasileira.

A análise que desenvolvemos aqui busca demonstrar que o caráter dependente e hiper-tardio do desenvolvimento capitalista brasileiro torna incompleta e incompletável a revolução burguesa no Brasil. A subordinação e dependência econômica do Brasil impedem que aqui se tenha um nível de acesso à produção material e espiritual semelhante àquele alcançado nos países de desenvolvimento capitalista avançado. Neste sentido, não é possível alcançar o patamar, quantitativo e qualitativo de universalização da educação realizada nas formações sociais que compõe o “elo” forte da corrente do capital⁵.

Desse modo, o nosso “subdesenvolvimento forçado⁶” não é fruto de entraves de algum modo de produção pré-capitalista ainda existente no país, nem simplesmente de problemas técnicos-políticos, cuja existência de um governo “sério” e comprometido com as questões sócias pode superar. O que explica o lugar historicamente estabelecido ocupado pelo Brasil na hierarquia do capitalismo global é o modo como se instaurou o capitalismo na formação histórico-genética brasileira.

⁵ Ao que sabemos, foi Ivo Tonet, em sua tese de doutoramento publicada em 2005, (p. 123), e posteriormente, em um artigo intitulado *A educação na encruzilhada* (2003, p. 48-51), quem primeiro levantou a questão da impossibilidade de se elevar a educação brasileira e dos países periféricos ao patamar da educação existente nos países capitalistas centrais. Neste sentido, este artigo é, em grande medida, tributário das reflexões desenvolvidas pelo referido autor.

⁶ Como indica Paniago (2001, p. 67), o conceito é usado por Mészáros para designar o que é mais comumente chamado de países subdesenvolvidos. A expressão do filósofo húngaro apanha, com uma riqueza superior, as particularidades do desenvolvimento das formações sociais de via colonial, uma vez que reforça o lugar socialmente determinado desses países na hierarquia do sistema global do capitalismo.

Entendemos que existem vários níveis de limites impostos ao processo de expansão e alargamento do acesso ao saber formal no Brasil. Não é necessário dizer que eles não podem ser tomados isoladamente, pois constituem-se determinações que se interpenetram. Isto não quer dizer que não se possa privilegiar um desses momentos. Enumeramos três ordens de limites: limite da reprodução do capital caracterizado pela compra e venda da força de trabalho; limite imposto pela forma concreta de reprodução do capital na atual fase de crise de acumulação e, por fim, o limite da forma particular de reprodução capitalista na formação social brasileira⁷. É sobre este último, que buscaremos nos debruçar neste momento, traçando algumas linhas iniciais. Sinteticamente podemos dizer que, no nosso país, sobre os dois primeiros limites que condicionam as possibilidades de universalização, impõe-se um terceiro: a entificação tardia do capitalismo e a sua dependência subordinada.

Antes de mais nada, é necessário dizer que não pretendemos neste ensaio fazer uma exposição da história econômico-social do Brasil. Nosso objetivo limita-se em buscar, no desenvolvimento geral da formação histórico-social brasileira, o caráter da objetivação capitalista no Brasil. Entendemos que nele reside a determinação mais essencial das (im)possibilidades da universalização da educação no Brasil.

Capitalismo, Universalidade e Particularidade

Existem várias formas particulares de manifestação do universal, apresentando-se, todas elas, enquanto síntese dessa universalidade. O particular nada mais é do que a mediação entre o universal e o singular. Ou seja, a forma concreta como o universal e o singular se conformam num “complexo de complexos”.

Nesse sentido, no que se refere ao modo de produção capitalista, ele se põe, enquanto universalidade, como uma síntese de múltiplas determinações. As formas particulares de sua reprodução, ou para ser mais preciso, as diversas formações sociais, constituem, em sua articulação orgânica e universal a totalidade

⁷ As duas primeiras ordens de limites foram objeto da nossa dissertação de mestrado já referida em nota anterior.

do regime do capital. No caminho oposto, em determinação recíproca, a universalidade capitalista é reafirmada em cada particularidade concreta. Trocando em miúdos, as particularidades são universais-concretos, porque materializam (no duplo sentido em que são partes constituintes e constituidoras) a universalidade.

Entretanto, nenhuma formação social reproduz *in totum* as características existentes no modo de produção universal, do mesmo modo que a universalidade não é a reprodução de uma particularidade em específico. Ele é o conjunto dialeticamente articulado de suas próprias formas de ser e ir sendo, mantendo-se, por isso, como uma unidade que comporta inúmeras diversidades. Estas, são o modo pelo qual a unidade é reproduzida. Só sendo síntese de múltiplas formas pode o universal ser construído.

Dessa maneira, o modo de produção capitalista, enquanto universalidade, engendra e subsume várias formas particulares de manifestação do universal. Ou seja, o capitalismo, considerado como modo de produção dominante, exige várias particularizações realizadoras da sua universalidade. Formações sociais distintas, mas cuja existência se orienta para as necessidades dos imperativos reprodutivistas do sistema global do capital, representando momentos e estágios diferenciados do ir sendo capitalismo.

Exposta, sumariamente, a articulação entre singular, particular e universal, torna-se fácil compreender que dentro do capitalismo existem várias formas de ser ir sendo capitalismo. Em termos concreto-históricos dizia Marx em 1875:

A 'sociedade atual' é a sociedade capitalista, que existe em todos os países civilizados, mais ou menos livre de complementos medievais, mais ou menos modificada pelas particularidades do desenvolvimento histórico de cada país, mais ou menos desenvolvida. Pelo contrário, o 'Estado atual' se modifica com as fronteiras de cada país. No Império prussiano é diverso do que existe na Suíça, na Inglaterra é diferente do dos Estados Unidos, 'O Estado atual' é, portanto, uma ficção. Entretanto, os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, em que pese à (sic) confusa diversidade de suas formas têm de comum o fato de que todos eles repousam sobre as bases da moderna sociedade burguesa, ainda que em alguns lugares esta se ache mais desenvolvida do que em outros, no sentido capitalista. Têm também, portanto, certos caracteres essenciais comuns. (Marx, s/d.a, p.12)

Para ser mais claro, vejamos como Chasin explica a mesma questão:

A sociedade pode se apresentar, expurgada de elementos pré-capitalistas, *mais* ou *menos* modificada pelo processo histórico particular de cada país. De maneira que há *modos* e *estágios* de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a *anatomia*, mas que se realizam através de concreções específicas. (1978, p. 621, grifos do autor).

Essa rápida exposição permite-nos, trazendo para o processo de constituição do Brasil, que é o que nos importa, compreender duas questões fundamentais. Primeiramente, a objetivação do capitalismo brasileiro se processa de forma particular, não havendo reprodução de modelos universais. Em segundo lugar, a formação ontogenética do Brasil não pode ser entendida fora do contexto histórico no qual ela emerge, a saber, o capitalismo em processo de acumulação primitiva para sua etapa industrial.

As vias particulares de entificação do capitalismo

Como apontamos acima, existem várias *vias* particulares de caminho para o *verdadeiro capitalismo*⁸. As *vias* são formas concretas de entificação capitalista em formações sociais específicas. Constituem-se, portanto, no modo como o universal se objetiva em cada particularidade. Neste sentido, não representam modelos que podem ser transpostos para o entendimento das objetivações capitalista existentes na totalidade do modo de produção do capital. Como diz Mazzeo,

A caracterização de *vias* de desenvolvimento histórico do capitalismo *não significa* o enquadramento dos processos históricos em *modelos* esquemáticos ou predeterminados. Ao contrário, a especificação das formas capitalistas de sociabilidade, engendradas em seus contextos histórico-particulares permite que realcemos as dimensões ontológicas dos processos socialmente determinados, respeitando suas legalidades imanentes, como totalidade articulada por infinitas complexidades. (1999, p. 108-109, grifos do autor)

No sentido acima citado, algumas formações sociais apresentam, na sua marcha real de objetivação, certas similitudes que as enquadram na mesma via de constituição do capitalismo. Não nos cabe aqui, dada a natureza deste trabalho, reproduzir o longo e complexo processo de parto do capitalismo. Considerando isso,

⁸ o verdadeiro capitalismo é aquele em que “o capital industrial é a forma fundamental do regime capitalista, sob a qual este impera sobre a sociedade burguesa (...) À medida que vai evoluindo, o capital industrial tem que principiar por impor-se àquelas duas formas (comercial e usurária) e convertê-las em formas submetidas a ele.” (MARX, Apud CHASIN 1978, p. 629.)

na busca de entender o caso brasileiro, apenas apontaremos, rapidamente, as características gerais de algumas vias, com o objetivo de identificar as profundas diferenças entre elas e o processo de constituição do Brasil.

Dentre as vias de entificação do capitalismo, destacam-se duas: a *via clássica* e a *via prussiana*. A via clássica teve seu desenvolvimento especialmente na Inglaterra e, sobretudo, na França. A situação concreta em que ambas formações se encontravam configuraram o modo pelo qual foi instituído o regime do capital. As contradições entre um modo de produção entravado e novas relações de produção que forçavam a passagem rumo à hegemonia das formas econômicas foram o solo onde a via clássica se desenrolou.

A objetivação capitalista na Inglaterra e França ocorreu muito precocemente, especialmente no primeiro país. A Inglaterra realiza a sua passagem rumo ao capitalismo verdadeiro em 1640 e 1688, com cem anos de antecedência em relação à França (1789). Nessas datas, a burguesia completa sua ascensão e destrona a nobreza do poder político. Esse processo é realizado de modo revolucionário, com uma ruptura radical entre o velho e o novo, eliminando todos os entraves econômicos e políticos posto pelo mundo feudal em dissolução. A classe burguesa, precisando apresentar seu projeto como uma realização humana superior, empunhou a bandeira de um liberalismo “radical”, arrastando atrás de si a massa de trabalhadores que anteriormente compunha o *terceiro estado*. As formações de via clássica, portanto, caracterizam-se como diz Mazzeo (1997, p. 111), por expressarem, “as formas e conteúdos genéticos da plenitude de um modo de produção em processo de entificação, onde temos uma total destruição do modo de produção feudal pelo desencadeamento de um processo revolucionário de caráter burguês.”

A denominada *via prussiana*, embora tenha se expressado mais plenamente na Prússia, teve, também, desencadeamento na Itália e no Japão. Em todos esses países o desenvolvimento do *verdadeiro capitalismo* foi efetivamente iniciado no último quartel do século XIX, conseqüentemente, com significativo atraso em relação aos casos clássicos. Assim como na via clássica, o caminho prussiano teve que se deparar com o velho modo de produção que lhe entrava o pleno desenvolvimento. Mas, ao contrário do realizado na França e na Inglaterra, não há uma ruptura revolucionária. Numa trajetória lenta a nobreza converte-se em

proprietário agrário burguês (*junker*) e assume o controle do Estado, coordenando todo processo de modernização capitalista. A burguesia de corte industrial foi incapaz de tomar, revolucionariamente, as rédeas de seu próprio progresso, condenando o novo, que ela representava, a pagar um alto tributo ao velho, representado pela classe agrária de origem feudal.

A transição ao capitalismo encontra na sua forma prussiana um modo não revolucionário, conservador, de realização. Há, neste caso, uma conciliação entre o velho e o novo, que aparece bem demonstrada nas palavras de Engels,

De um lado o governo, a passos de tartaruga, reforma as leis no sentido do interesse burguês; afasta os obstáculos, ao desenvolvimento industrial, criados pelo feudalismo e o particularismo dos pequenos Estados; estabelece a unidade da moeda, dos pesos e medidas; introduz a liberdade profissional e de circulação, pondo à completa e ilimitada disposição do capitão a mão-de-obra da Alemanha; favorece o comércio e a especulação; por outro lado a burguesia abandona ao governo todo o poder político efetivo; vota os impostos e os empréstimos; cede-lhe soldados e ajuda-o a dar às novas reformas tal aparência legal que o velho poder policial mantém toda a sua força ante os indivíduos recalcitrantes; a burguesia compra sua emancipação social gradual ao preço de uma renúncia imediata de seu próprio poder político. (Engels, apud Chasin, 1978, p. 623)

Assim sendo, a característica principal da via prussiana, em contraste com a via clássica é conciliação pelo alto, o alijamento das massas (e, em decorrência, das suas demandas) no processo de passagem para o capitalismo.

Sinteticamente, a via prussiana do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo, que se põe de forma retardada e retardatária, tendo por eixo a conciliação entre o *novo* emergente e o modo de existência social em fase de perecimento. Inexistindo, portanto, ruptura superadora. [...] Implica um desenvolvimento méis lento das forças produtivas, expressamente tolhe e refreia a industrialização, que só paulatinamente vai extraindo do seio da conciliação as condições de sua existência e progressão. Nesta transformação 'pelo alto' o universo político e social contrasta com os casos *clássicos*, negando-se de igual modo ao progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação, onde se 'reúnem os pecados de todas as formas de estado'. (Chasin, 1978, p. 625, grifos do autor)

Num pacto tácito entre as classes dominantes exclui-se qualquer possibilidade de ganho para a classe trabalhadora. Nessa "revolução" sem revolução os trabalhadores pagam a conta do atraso sendo submetidos a uma brutal

exploração. Receosa de desencadear um processo revolucionário que fugisse aos limites de seus interesses – uma vez que isolada, sem o apoio das classes subalternas, não era possível à burguesia destronar a nobreza do poder a que ela se aferrava – a burguesia compactua com a nobreza, preferindo ceder o poder político a realizar ela mesma as tarefas que lhe eram impostas pela dinâmica da processualidade histórica. Este é o caráter fundamental da via prussiana. No dizer de Rego, ela é:

O modo clássico de transição autoritária, não democrática, para a sociedade moderna. [...] A noção de via prussiana remete necessariamente a arranjos políticos realizados pelo alto, excluindo obrigatoriamente as principais bandeiras democráticas de que se fizeram portadores os setores populares. (Rêgo, 1996, p.104-105).

Em consequência do pacto entre o velho e o novo, as forças produtivas se desenvolvem mais lentamente. A industrialização da Alemanha, da Itália e do Japão, é tardia, só ocorrendo quando o capitalismo moderno já está consolidado e quando a Inglaterra, França e Estados Unidos já começavam a se apresentar como potência imperialista. Todavia, o atraso não impediu que esse conjunto de países, sobretudo a Alemanha, tivesse um desenvolvimento capitalista independente, constituindo-se como elementos autônomos no sistema global do capital, inserindo-se enquanto “elos débeis”, mas elos, da cadeia imperialista.

Como já foi objeto de reflexão anteriormente realizada, o que nos poupa de retomá-la, a via brasileira ao capitalismo industrial, se constitui, assim como ocorre em todas as formações sociais, numa forma particular de entificação da universalidade capitalista. Neste sentido, nos passos de Chasin, buscaremos elevar a particularidade do caso brasileiro à sua real dimensão no universo sistêmico do capital.

A gritante dessemelhança entre a via clássica e o caso brasileiro permitimos saltar etapas, tornando desnecessário qualquer esforço argumentativo no sentido de demonstrar que a processualidade de entificação do regime do capital no Brasil não se dá pela via revolucionária. A nosso ver, não há nenhum ponto onde se possa sustentar a efetivação de uma passagem clássica ao capitalismo. O mesmo não pode ser dito da via prussiana. Por se consubstanciar num caso não clássico, o caminho prussiano apresenta similitudes com o nosso. Mas a análise histórico-

concreta da formação brasileira nos mostra que ela se erige como um processo particular, embora também não clássico.

Assim como ocorreu nos países via prussiana, o processo de formação do Brasil capitalista também se caracterizou, pela conciliação; pelas transformações “pelo alto”, alijando as massas da participação política e da reformas sociais; por um processo modernizador realizado lentamente, a partir do campo, sob os auspícios do Estado bonapartista. Contudo essas semelhanças são apenas formais e fenomênicas. A estrutura na qual originou-se o Brasil encontra-se na expansão do capitalismo em sua fase mercantil, na qual ele desempenhou importante papel na acumulação primitiva de capital, mediante o seu *status* de colônia. Diferentemente, nos casos prussianos, onde a constituição do capitalismo brotou da dissolução do modo de produção feudal. Esta diferença do caso brasileiro marca profundamente o desenrolar da afirmação histórica do país. Trabalharemos isso mais adiante, por hora nos contentemos com algumas observações que serão oportunamente aprofundadas.

Todos os países que apresentam desenvolvimento pela via prussiana estão, no início do século XX, integrados ao sistema capitalista global enquanto países industrializados e autônomos. O Brasil, ao contrário, só chega ao capitalismo industrial *hiper-tardiamente*, nos meados do século XX, quando todas as portas de entrada para o seletivo grupo que se coloca como elos, embora débeis, da cadeia do imperialismo no capitalismo monopolista já estão fechadas. Ao Brasil resta apenas uma inserção subordinada aos imperativos do imperialismo. Assim sendo, as possíveis semelhanças entre as duas vias vão perdendo consistência quando se verificam as dissimilaridades dos dois casos. Chasin é enfático ao abordar essa questão:

A absurdidade de equiparar *politologicamente*, de algum modo e até mesmo com algumas cautelas, o Brasil, a Alemanha e a Itália das primeiras décadas do século, salta à vista, quando se considera que, em última análise, o que se está equiparando são *elos débeis da cadeia imperialista*, portanto fenômenos do capitalismo altamente avançado, entidades da *fase superior* do capitalismo, com uma formação que integra precisamente as áreas da disputa imperialista, faz parte justamente do território colonial que os *elos débeis* forçam por ver redistribuído (1978, p. 643, grifos do autor)

Para reforçar mais as diferenças, vejamos as palavras de Mazzeo,

na “via prussiana” o processo conciliador ainda leva sua burguesia à autonomia nacional e ao progresso econômico de molde “capitalista verdadeiro”, na “via *prussiano-colonial*.”, ao contrário, a interioridade escravista direciona para a subsunção de sua burguesia aos pólos centrais do capitalismo e para a consolidação de uma economia que se conforma como subsidiária à grande produção industrial, enquanto “elo débil” do modo de produção capitalista em seu conjunto anatômico. (1997, p. 125, grifos do autor)

Esboçadas as diferenças de caminho ao capitalismo, tratemos agora especificamente da formação genética do Brasil.

Objetivação do Capitalismo no Brasil

Do ponto de vista econômico, a constituição do que hoje é o Brasil teve início no século XV. Naquele momento, na Europa, vivia-se um período de transição, caracterizado pela desagregação feudal e pelo processo de estabelecimento do capitalismo. Dessa época até o limar do século XIX, quando enfim o capital se consolidou enquanto modo de produção especificamente capitalista, imperou o predomínio do capital mercantil, isto é do capital gerado na esfera da circulação.

O início dessa era mercantil do capital foi marcado pelo comércio de especiarias do oriente. Privilegiadas pela posição geográfica, as cidades italianas, Gênova e Veneza dominaram por muito tempo as rotas de acesso a essas mercadorias. A necessidade de buscar novas rotas para os produtos orientais impulsionou os países ibéricos a se lançarem às navegações oceânicas. Esses empreendimentos, de altíssimos riscos, mas de lucros exorbitantes, exigiam grande quantidade de capitais, só possíveis de serem arregimentados por um Estado centralizado. Foi o fato de Portugal e Espanha terem realizado suas centralizações prematuramente, que favoreceu o afluxo de capital para a realização da empreitada colonialista encabeçada por eles.

Tanto o descobrimento do Brasil, quanto a sua colonização foram decorrentes da expansão do capitalismo em sua fase comercial. Depois de descoberto, a expectativa de Portugal em relação à colônia era de obter produtos de valor no comércio europeu ou metais preciosos. A inexistência de artigos de demanda comercial européia (exceção feita ao pau-brasil), e ausência de ouro e

prata *visíveis*, frustraram os interesses portugueses. Mas, sob as constantes ameaças de ocupação por outros países, teve-se início, com a criação das capitânicas hereditárias, a colonização portuguesa da América.

A colonização do Brasil só fazia sentido, na lógica capitalista mercantil, se dela fosse possível auferir lucros, que por sua vez só poderiam ser obtidos mediante a venda de produtos comercializáveis no mercado europeu. A ausência imediata desses artigos na colônia portuguesa forçava, como única alternativa, a produção direta. Já esta, por sua vez, requeria um empreendimento que o Estado Português era incapaz de realizar. O desmatamento da mata virgem, o preparo do solo, o plantio, a colheita, o beneficiamento, o transporte e a compra dos equipamentos, das instalações e das mudas, exigiam uma quantidade de capitais e de força de trabalho que Portugal não dispunha. Desse modo, de início, já se molda o tipo de colonização que seria realizada no Brasil. Em linhas gerais, a ocupação produtiva da colônia portuguesa se faria mediante, a monocultura de um produto de demanda elevada na Europa (no caso a cana-de-açúcar), exploração e domínio particular da terra, sobre os auspícios do Estado, alta concentração fundiária (exigência da cultura da cana-de-açúcar e das técnicas agrícolas incipientes e predatórias do solo) e superexploração da força de trabalho.

Sobre esta última característica da colonização portuguesa nos trópicos, é importante ressaltar que o capital investido na produção colonial exigia uma reprodução com altas taxas de lucro, só desse modo se justificava, do ponto de vista capitalista, o investimento no Brasil. Neste sentido, a mão-de-obra escrava aparece como uma alternativa inevitável da empresa colonialista no objetivo de maximização dos seus lucros, e não numa reinvenção do escravismo antigo. Some-se a este fato, outro, que em concomitância com o já citado, determinaram os rumos da escolha do escravismo. A produção do açúcar na base da superexploração do trabalho livre, assalariado ou parcelar, era impossível devido à abundância de terras existentes no Brasil, o que era um atrativo contra condições de qualquer trabalho livre que se limitasse à reprodução física do trabalhador, que era do que se tratava. Como acentua Novais, “nas colônias eram desfavoráveis as condições de constituição do regime de trabalho ‘livre’, sempre havendo a possibilidade de o produtor-direto assalariado, apropriando-se de uma gleba de terra despovoada, transformar-se em produtor independente.” (1986, p. 101). Mais uma vez, é Novais quem aponta a

essência do que determinou a escolha da escravidão como forma de trabalho na colônia:

Produzir para o mercado europeu nos quadros do comércio colonial tendentes a promover a acumulação primitiva de capital nas economias européias exigia formas compulsórias de trabalho, pois do contrário, ou não se produziria para o mercado europeu (os colonos povoadores desenvolveriam uma economia voltada para o próprio consumo), ou se se imaginasse uma produção exportadora organizada por empresários que assalariassem trabalho, os custos da produção seriam tais que impediriam a exploração colonial. (Novais, 1986, p. 102-103).

O que presidia a ocupação do Brasil era o capitalismo em sua fase comercial. As economias coloniais de exploração eram peças fundamentais na arquitetura econômica de constituição do capitalismo nessa fase transicional para industrialização. Elas se constituíram como elementos voltados para subsidiar a acumulação de capitais realizada nas matrizes do capital, através de mecanismos de transferência de capital, sobretudo mediante o que ficou conhecido como pacto colonial ou exclusivismo colonial. Este era o sentido da colonização, como sintetiza, com primazia, Caio Prado:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional (*sic*), a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. (1992, p. 31, e 1985, p. 22-23, grifos do autor).

Servir de acumulação primitiva de capital para o centro da economia mundial, essa era a tarefa da colônia portuguesa. Toda a estruturação da vida econômica tinha que está voltada para esse objetivo. Em função disso, o sufocamento de um mercado interno era fundamental, a fim de que o capital produzido não ficasse no Brasil. O pacto colonial era a coroação da transferência do capital da colônia para a metrópole.

Como sabemos, o exclusivismo comercial da metrópole, que era o fundamento do pacto, garantia o monopólio metropolitano na compra dos produtos brasileiro e na venda de artigos manufaturados e de luxo ao Brasil. Por esse mecanismo, Portugal ou os seus agentes, obtinham lucros num duplo esquema: em

primeiro lugar, quando comprava a produção brasileira. Sendo o único comprador legal, fixava o valor das mercadorias no limite apenas da reposição da produção nos mesmos moldes, vendendo-as em seguida nos mercados europeus por preços infinitamente superiores. Em segundo lugar, quando vendia os manufaturados no Brasil. Uma vez que, detendo a exclusividade da venda e sem concorrentes nessas transações, podia estipular preços elevados.

O funcionamento do monopólio comercial e a produção assentada no trabalho escravo impediam a criação de um mercado interno, tornando, desde o início, o país dependente dos centros mundiais do capitalismo. Novais (1986, p. 106-107) chama a atenção para o fato de que, após a realização das mercadorias produzidas no Brasil (o que se dá apenas com a sua venda no mercado europeu), a única renda, resultante dessa transação, que fica na colônia, concentra-se nas mãos dos proprietários rurais, uma vez que os escravos não possuíam renda própria. Ocorre que a maior parte dessa renda que fica, vai, através das importações, para os centros produtores de manufaturados e artigos de luxo, ou seja, para a burguesia da Europa, obstaculizando uma concentração interna.

Enfim, o Brasil, assim como as outras colônias de exploração, tem sua formação marcada pela necessidade de reprodução do capital na fase comercial. Sua função, enquanto periferia do capitalismo em gestação é servir à acumulação primitiva de capital⁹. Em função dessa determinante se organiza toda a sua estrutura econômica. A colonização brasileira nos marcos do sistema colônia moderno, o regime de escravidão e o conseqüente sufocamento do mercado interno, foram as formas encontradas pelo modo de produção capitalista para realizar sua acumulação originária. Neste sentido, o caráter de dependência do país era condição necessária

⁹ Para Marx, a existência de trabalhadores despossuídos dos meios de reprodução material de sua existência, e “certa acumulação de capital em mãos de produtores particulares de mercadoria” constituem os pressupostos do modo de produção efetivamente capitalista. Ou seja, a reprodução do capital em modos efetivamente capitalista, pressupõe a ocorrência da própria reprodução capitalista. Aliás, o capital, nada mais é de que uma relação social onde se confronta os donos dos meios de produção e os trabalhadores “livres”. A acumulação de capital, diz Marx, “pressupõe a mais valia, a mais valia a produção capitalista, e esta a existência de grandes quantidades de capital e força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias. Todo esse movimento tem assim a aparência de um ciclo vicioso do qual só poderemos escapar admitindo uma acumulação primitiva, anterior a acumulação capitalista” (MARX, 1989, p. 828).

Portanto, apenas buscando a gênese do capital original fora do sistema capitalista é que é possível sair do ciclo a que Marx se refere. Neste plano, os capitais usurário e comercial, formam a base da acumulação originária. O Brasil colonial se insere, assim, num grande centro produtor de mercadorias primárias, mas, sobretudo, num pólo consumidor de produtos manufaturado, contribuindo, dessa forma, para acumulação necessária à passagem ao capitalismo industrial.

para que ele cumprisse o papel que lhe fora determinado pelas necessidades do capital em ascensão. Como diz Caio Prado:

Todas as suas atividades giram em torno deste fim precípuo de fornecer ao comércio internacional alguns produtos tropicais de alto valor mercantil, metais e pedras preciosas. O mais é secundário, acessório, e serve apenas para tornar possível a realização daquele fim. (Prado Jr, 1985, p. 103)

Observemos, para mais uma vez nos opormos as concepções que explicam a realidade a partir da subjetividade, que as principais características econômicas constituidoras do Brasil colônia, não têm seus fundamentos fundados em atos de vontades políticas, nem em medidas administrativos, pelo contrário, a política colonial e a vida administrativa é que se explicam a partir das estruturas do colonialismo brasileiro, cuja *raison d'être*, encontra-se na acumulação do capital.

A crise do antigo sistema colonial nas últimas décadas do século XVIII e a independência do Brasil, iniciada em 1808, rompem o fundamento do pacto colonial que era o exclusivismo comercial. O Ato de “abertura dos portos”, assinando pela coroa portuguesa em fuga, elimina a dependência brasileira em relação à metrópole. Portugal – que atuava no comércio como simples intermediário parasitário, uma vez que não era o principal consumidor dos produtos brasileiros exportados, nem tão pouco era o produtor das manufaturas que chegavam à colônia –, sem condições de concorrer num mercado “livre” com o poderio econômico e naval, sobretudo da Inglaterra, perde, em termos efetivos, o controle sobre o Brasil.

A tentativa, frustrada, de restabelecimento da ordem exclusivista, iniciada após o retorno de João VI, representava para Portugal o único meio de manter-se economicamente de pé na onda de destruição do antigo sistema colonial, cujo epicentro era a afirmação do capitalismo industrial. Para a burguesia brasileira era impossível o retorno à condição de colônia. A experiência de livre comércio assistida na época do Reino Unido, era irreversível. O recrudescimento colonial, tentado pelos portugueses, representou o estopim da independência.

Porém, com a independência, se o país, de um lado eliminava os laços que o ligavam à dependência colonial, por outro, consolidava uma relação de subordinação econômica ao centro privilegiado do regime capitalista, naquele momento à Inglaterra. Isto porque, dada a ausência de um mercado interno

considerável e de uma economia produtora manufatureira, o Brasil tornava-se refém da mesma lógica exportadora de artigos primários que presidia o período colonial.

Essa abertura comercial – numa fase de estabelecimento do capital em sua forma genuinamente capitalista, com um predomínio econômico dos países que se lançaram revolucionariamente e pioneiramente ao capitalismo verdadeiro – obstaculizava o desenvolvimento de uma industrial nacional, devido a incapacidade total de competição do Brasil. Mas, para burguesia agrária brasileira, o fim do monopólio comercial exercido por Portugal permitiu maiores possibilidades de ganhos, uma vez que o intermediário parasita estava eliminado e as transações comerciais puderam ser realizadas diretamente com as outras nações. Como diz Caio Prado, “aos precários recursos do pobre e rotineiro comércio português, mantido até então unicamente pelo privilégio do monopólio, substituem-se as largas possibilidades de um livre intercâmbio como todas as nações do mundo.” (1985, p. 129).

Desse modo, desde o início, a emancipação colonial (iniciada em 1808), não se constituiu em uma emancipação econômica efetiva. A classe dominante brasileira viu como positiva a reordenação da sua associação subordinada ao capitalismo em sua nova fase, desta vez não mais comercial. A dependência econômica em relação à Inglaterra representou, para a burguesia agrária a intensificação e ampliação dos seus negócios.

Notemos, seguindo os passos de Caio Prado Jr., que o Brasil pós-independência nasce, assim como os países que constituirão o centro do sistema capitalista, do mesmo processo. Nos referimos a já mencionada expansão e consolidação do capitalismo enquanto modo de produção universal. Todavia, a posição econômica no sistema global do capital e o dinamismo interno de cada formação social na fase comercial do capital, vão colocando, desde aquele momento, os países em pólos hierárquicos opostos. Assim, num processo contraditório, mas dialeticamente unitário, o capital se desenvolve gestando de um lado as nações satélites, e de outro as formações que as orbitam de modo subordinado. De acordo com Caio Prado Jr,

Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e na colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram

dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram à instalação e à estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas. É assim, dentro de um mesmo sistema que evoluiu e se transformou do primitivo e originário capitalismo comercial, é aí, e por força das mesmas circunstâncias (embora atuando diferentemente no centro e na periferia), que se constituíram de um lado as grandes potências econômicas dominantes no sistema imperialista, e de outro os países dependentes da América Latina. (1978, p. 68)

O Brasil já é por nascimento uma formação social capitalista. O fato de não se constituir em um país capitalista autônomo, não significa que não estivesse, desde cedo, integrado ao modo de produção capitalista. A integração entre produção colonial e capitalismo pode ser vista na própria montagem dos engenhos nas sesmarias, que exigiam, como aponta Mazzeo (1981, p. 92), um volume de capital “muitas vezes maiores que os investimentos realizados na ampliação ou criação das manufaturas européias”.

Como já apontamos anteriormente, a gestação do Brasil, só encontra sentido na expansão do capitalismo. É ela que inteligibilidade ao seu processo de constituição. Não se trata, evidentemente, do modo de produção capitalista em sua forma industrial plenamente desenvolvida, este só irá se consolidar a partir do século XVIII. Trata-se, isto sim, do capitalismo enquanto um modo de produção universal, que tem uma processualidade histórico-genética. Que enuncia a sua essencialidade desde a origem, mas que só alcança sua plenitude quando o seu amadurecimento atinge um determinado estágio. É enxergando o capitalismo nestes termos que podemos entender a formação social brasileira como capitalista¹⁰.

Marx, reportando-se às *plantations*, não deixa dúvidas quanto a isso:

onde a especulação comercial está presente desde o início, e a produção se destina ao mercado mundial, *existe um modo de produção capitalista*, ainda que só no sentido formal, já que a escravidão dos negros impede o trabalho assalariado livre que é a base da produção capitalista (a subsunção formal). Mas o negócio do tráfico de escravos é dirigido por capitalistas, *o de produção que introduzem não nasceu da escravidão, mas*

¹⁰ Extrapola os objetivos deste trabalho, a análise pormenorizada acerca do caráter capitalista da formação social brasileira. Para um aprofundamento maior, remetemos o leitor aos livros de Mazzeo (1997), especialmente o capítulo II, e Caio Prado Jr. (1978). Nos limites de nosso conhecimento, esses autores são os que mais agudamente defendem essa tese. O primeiro busca sustentação na subsunção do Brasil colônia frente ao modo de produção capitalista. O segundo busca demonstrar as relações sociais existentes no Brasil colonial como tipicamente capitalista, sem o menosprezo da relação entre o país e o capitalismo enquanto sistema global.

está enxertado nela. Neste caso, capitalistas e proprietários de terras são a mesma pessoa (Marx, Apud, Mazzeo, 1997, p. 85, grifos do autor)

Não há contradição, entre a utilização da mão-de-obra escrava e a consideração do Brasil como uma formação social capitalista. Isto porque, em sua origem e trajetória de ascendência, o capitalismo “desintegra, reintegra ou cria novas realidades (particularidades) para se auto-repor” (Mazzeo 1997, p.75). A escravidão, que nos termos do capitalismo industrial é uma heresia inadmissível, em determinadas formações sociais, no momento de acumulação primitiva do capital originário, foi elemento essencial para consolidação do modo de produção capitalista. Como indica Mazzeo, a partir de Marx, o capitalismo valeu-se de outras formas de exploração do trabalho, subsumindo-os, isto é, orientando-os para os fins de conteúdos capitalistas.

Não é uma fatalidade, mas uma decorrência da processualidade histórica, o fato de uma formação social, que na fase mercantil do capitalismo se caracterizou por um papel de colônia, chegue ao fim do antigo sistema colonial como uma nação periférica e economicamente dependente. É um único processo articulado, mas que se desenvolve de modo particular em cada formação social, que gesta, tanto os países que constitui os centros imperialistas, quando os que formam a periferia do capital.

A transformação da colônia em império trouxe poucas mudanças estruturais para a organização econômica brasileira. A sua integração ao sistema global do capitalismo continuou a se expressar pela dependência. Reeditando o passado sob novas formas, o Brasil manteve a estrutura produtiva baseada no trabalho escravo e a economia mercantil agro-exportadora. Contudo, alterações epidérmicas, bastantes consoantes com o lugar ocupado pelo país no contexto econômico mundial, foram lentamente se desenvolvendo. É o caso do mercado interno, que após os impulsos recebidos com a ação mineradora do século XVII e com o estabelecimento da família real (1808), encontrava, com fim do sistema colonial, uma condição mais favorável de desenvolvimento, mas sempre limitado pela base escravista e pelas importações. O mesmo ocorre com a acumulação interna de capital. Essa tem início antes da independência do Brasil, porém, irá ganhar, paulatinamente, notáveis dinamizações com o fim do exclusivismo metropolitano.

Porém, é com a produção cafeeira que se acentua e aprofunda, de modo contraditório, o desenvolvimento econômico brasileiro. Isto porque, de um lado, ela torna-se o principal instrumento de acumulação interna de capital, e de outro lado, mantém e aprofunda a dependência do Brasil, sob a estrutura produtiva escravista e agro-exportadora.

Boa parte da modernização do país, realizada em fins do século XIX e início do século XX será impulsionada, do ponto de vista interno, pela cultura do café. É o caso dos portos, ferrovias e estradas. Mas, some-se à necessidade da produção cafeeira, a expansão do capital imperialista.

A consolidação do capitalismo em modo de produção universal, que ocorre depois que o capital industrial configura-se como a forma predominante de capital, subsumindo as suas formas anteriores (usurária e comercial) aos seus imperativos reprodutivistas, eleva a “liberdade” individual como princípio máximo a ser defendido. A transformação dos escravos em trabalhadores possuidores de força de trabalho passa a ser uma exigência mundial¹¹. A preocupação se entende. Isso era absolutamente necessário ao capital, finda a sua fase de acumulação primitiva, pois a realização dos produtos industrializáveis exigia a mundialização dos mercados. O fim da escravidão significava ao capital, a criação de maior demanda de consumo. Não apenas dos trabalhadores assalariados incorporados à antiga produção escrava, mas, sobretudo, de instrumentos e máquinas para a produção, tendo em vista que, o trabalho escravo obstaculizava o incremento técnico, seja pela inadequabilidade, seja pela quantidade de capital que representava o escravo.

Até a época *primitiva* do capitalismo, a existência de formações sociais com o predomínio de trabalho escravo não se antagonizava com o capital, pelo contrário era necessário ao seu amadurecimento. Mas, quando o sistema capitalista alcança a maturidade industrial, e por isso se impõe mais fortemente como um modo de produção totalizador, exige a transformação de todos os trabalhadores em vendedores de força de trabalho.

Internamente, o aumento da demanda de produção da cultura cafeeira e o impulsionamento proporcionado por ela à diversos setores produtivos, tornam a

¹¹ É nesse contexto que a Inglaterra, depois de várias investidas diplomáticas contra a escravidão no Brasil, aprova em 1845 o *Bill Aberdeen*, que autoriza a marinha inglesa a afundar, prender e perseguir os navios de qualquer nacionalidade que transportem escravos. A respeito, ver Caio Prado Jr., 1985, p. 142-154.

mão-de-obra escrava insuficiente. Em função disso o trabalho assalariado é adotado em larga escala.

As contradições abertas com o café não param por aí. Apesar de fortalecer a economia agro-exportadora, reforçando, dessa forma, a dependência econômica brasileira, ele fornece o acúmulo de capital suficiente para a realização do princípio da industrialização do país. É importante notar que a industrialização e modernização proporcionado pelo café não representa um rompimento com a economia agro-exportadora, pelo contrario, o direcionamento do Brasil nos rumos do capitalismo industrial é subordinado à produção cafeeira.

A industrialização brasileira é fruto da política mercantil exportadora. O Brasil não rompe com a predominância da agricultura sobre o conjunto da sua economia. A industrialização promovida pelo café é restrita a alguns bens de consumo, constituindo-se os bens de produção artigos de importação. Desse modo, não há rompimento com a via colonial, não há a construção de um capitalismo verdadeiro no país. Como salienta Oliveira,

O binômio 'intermediação comercial e financeira' é uma unidade indissolúvel no contexto da economia da Primeira Republica. E esse binômio é de realização quase totalmente *externa*. Em primeiro lugar, a intermediação comercial e financeira retira da economia uma parte ponderável do excedente produzido, que não será reinjetado nela, mas serve à acumulação na economia dos países que a realizam; é, em outros termos, uma repetição de fenômeno sempre presente à economia brasileira, desde os dias da colônia. (1989, p. 16)

A partir do final do século XIX e início do século XX, com a predominância do capital industrial em sua fase de concentração, a ação imperialista volta-se para o Brasil. Para a burguesia brasileira, politicamente débil e economicamente dependente desde sua origem, os financiamentos externos e a associação subordinada ao capital estrangeiro significam a possibilidade de maximização de seus negócios. Não importava aos burgueses nativos se a aliança com o imperialismo aprofundava a subordinação do Brasil. Para uma burguesia nascida do colonialismo, sem forças econômicas (e em consequência sem a consciência política necessária) para realizar a passagem ao capitalismo industrial, à associação ao capital monopolista representava um grande avanço no seu horizonte limitado. Como diz Caio Prado Jr.,

A ação do imperialismo representou um grande impulso para a vida econômica brasileira. [...] Esse estímulo e impulso econômico proporcionados pelo imperialismo reverteriam especialmente em benefício da burguesia em seu conjunto, pois lhe oferecem oportunidades e facilidades novas para suas atividades e seus negócios em proporções para ela completamente insuspeitadas no passado. Não vêm fazer concorrência a interesses estabelecidos, mas antes pelo contrário lhes abre amplas perspectivas. (1978, p. 117-118).

É só com a Revolução de 1930, que a modernização do Brasil assume um caráter de irreversibilidade. Como é típico dos países de vias prussiana e colonial, a modernização impulsionada com o movimento de 30 dar-se de maneira conservadora. Mais uma vez, a exemplo do que tinha ocorrido na proclamação da independência e da república, o país sofre mudanças importantes, mas que não rompem com a dependência subordinada. Nesse movimento, o Brasil assegura, por meio do rearranjo entre as frações burguesas, a continuidade do processo de desenvolvimento rumo à consolidação do capitalismo industrial. Ao Estado bonapartista, emergido da Revolução, caberá a tarefa de conduzir o processo de industrialização, uma vez que a burguesia não tinha capital para realizar a base industrial que a modernização exigia.

Todavia, todo o processo de rearranjo da organização política e da estrutura econômica interna é realizado em perfeita sintonia com a posição hierárquica do país no contexto do imperialismo. Muito mais do que assegurar um rumo modernizador autônomo, o novo ordenamento pós-revolução de 30 buscou adequar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento dependente.

Com a ampliação da concentração de capitais após a Segunda Guerra Mundial e a conseqüente reestruturação do capitalismo no pós-guerra, a ação imperialista passou a se processar pela criação de unidades produtivas nos países periféricos. Essa nova estratégia de ampliação do capital monopolista encontrará no Brasil um espaço favorável de realização. É exatamente com Juscelino Kubitschek que o capital estrangeiro inunda o país, seja em formas de empréstimos, ou de estabelecimento de indústrias transnacionais ou indústrias de capital associado.

Como vemos, desde o início, a burguesia brasileira foi incapaz de criar um projeto de desenvolvimento autônomo. Sendo economicamente débil e politicamente frágil, ela via riscos em qualquer proposta modernizadora que fossem além da

dependência. Romper com a subordinação econômica significaria, aos seus olhos, o fim da comunhão com o capital estrangeiro. Como já dissemos, exceto em ramos e situações particulares, o capital internacional nunca foi visto como inimigo, mas como um elemento dinamizador dos negócios da burguesia tupiniquim.

Desse modo, o desenvolvimento capitalista brasileiro, iniciado no contexto do antigo sistema colonial, que também gesta as nações imperialistas, não foi capaz de garantir o estabelecimento de um capitalismo autônomo no Brasil. A burguesia brasileira, fruto desse quadro estrutural, nunca foi capaz de, sequer, empunhar a bandeira da revolução burguesa, quiçá realizá-la. Efetivamente a classe burguesa tupiniquim, apesar de nativa, nunca foi nacional. Isto é, ela existiu, desde o início, como uma classe dependente ao capitalismo internacional, em todas as suas fases. Como diz Caio Prado Jr,

Enquadrados no sistema do imperialismo, como atualmente se encontram, o progresso da economia brasileira, e em particular a elevação do seu nível tecnológico e de sua capacidade produtiva pela industrialização, se acham limitados e bitolados por interesses predominantemente estranhos ao país. Não há assim condições, para a nossa economia, de um desenvolvimento capaz de libertá-la das contingências coloniais herdadas do passado e que pesam extremamente sobre a grande maioria da população brasileira. [...] Embora com eventuais atritos neste ou naquele ponto, os interesses da burguesia brasileira, em conjunto, se podem perfeitamente ajustar dentro do sistema do imperialismo. (1978, p. 120-121).

Ao mostrar que a via de colonial de entificação do capitalismo no Brasil não propiciou, nem pode propiciar, um desenvolvimento capitalista autônomo, estamos colocando uma determinação que vai além da subjetividade. Apenas para uma crítica da história brasileira, situada ao nível da política, são válidos argumentos baseados no *se*. Ou seja, pode-se pensar que *se* o processo de independência fosse mais popular, republicano e radical; *se* o fim da escravidão tivesse sido processado antes e garantisse um projeto de inserção da mão-de-obra escrava; *se* o fim do regime monárquico fosse mais democrático e garantisse a instituição de regime republicano autêntico; enfim, *se* a consciência pudesse ter ido além das condições históricas que a determinava. Entretanto, se os episódios enumerados acima não tomaram o rumo que as vontades dos observadores hodiernos desejavam para eles, isso se deveu ao fato de que a objetividade do capitalismo no Brasil não permitiu.

Bibliografia

CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hipér-tardio. 1.^a ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. Cortez. São Paulo. 1989. 3.^a ed.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2000. 4.^a ed.

MACENO, Talvanes Eugênio. **(Im)possibilidades e limites da universalização da educação sob o capital**. Dissertação de mestrado em educação. UFAL, Maceió, 2005.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. Mimeo. s/d.a, 21p. disponível em: <file:///C:/site/livros_gratis/gotha.htm (12 of 21). acesso em 22 de jul. de 2001.

_____. **O capital** (Livro 1, Vol. II). Bertrand Brasil. Rio de Janeiro 1989. 12.^a ed.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**. 2.^a ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Notas sobre o “modo de produção escravista colonial” in: **nova escrita ensaio**. São Paulo, Ano IV, n.º, p. 81-94, jan., 1981.

_____. **Sinfonia inacabada**. 1.^a ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 4.^a ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 5.^a ed. 1989.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **A incontornabilidade ontológica do capital**: um estudo sobre *Beyond Capital*, de I. Mészáros. Tese de doutorado em serviço social. UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 6.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. 22.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. **História econômica do Brasil**. 32.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RÊGO, Walkíria Leão. Questões sobre a noção de via prussiana. In: ANTUNES, Ricardo & RÊGO, Walkíria Leão. (Org.) **Lukács em Galileu do século XX**. 1^a ed. São Paulo: Boitempo, 1996. p. 104-124.

TONET, Ivo. **Educação numa encruzilhada**. Educação, Maceió, n. 19, p. 33-52, dez., 2003.

_____. **Educação, cidadania e emancipação humana**. 1^a ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.